

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional**  
**Curso de Psicologia**



Trabalho de Conclusão de Curso

**Infância, cuidado e contemporaneidade:**  
a relação adulto-criança em questão

**Anne Santos Stone**

Pelotas, 2020

**Anne Santos Stone**

**Infância, cuidado e contemporaneidade:**

a relação adulto-criança em questão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Psicologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Camila Peixoto Farias

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S877i Stone, Anne Santos

Infância, cuidado e contemporaneidade: : a relação  
adulto-criança em questão / Anne Santos Stone ; Camila  
Peixoto Farias, orientadora. — Pelotas, 2020.

45 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Psicologia) — Faculdade de Medicina, Universidade Federal  
de Pelotas, 2020.

1. Psicologia. 2. Infância. 3. Cuidado. 4.  
Contemporaneidade. 5. Psicanálise. I. Farias, Camila  
Peixoto, orient. II. Título.

CDD : 150

Anne Santos Stone

Infância, cuidado e contemporaneidade:  
a relação adulto-criança em questão

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Psicologia, pela Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 02 de dezembro de 2020

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Camila Peixoto Farias (orientadora)  
Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giovana Fagundes Luczinski  
Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Fábio Roberto Rodrigues Belo  
Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais

## Agradecimentos

Aos meus pais, Ceni Jaekel dos Santos e Fabian Granero Stone, pelos esforços para que eu pudesse concluir minha graduação. Às minhas irmãs, Luíza Santos Stone e Fernanda Santos Stone, pelo amor, e o que se desdobra a partir dele.

À Roseane Guevara, por ter decidido se tornar minha avó; por ter escutado atenta e cuidadosamente as demandas da minha infância.

Ao meu tio, Ricardo Jaekel, por, tão generosamente, ter me acolhido em sua casa, em sua vida.

À minha tia-avó, Maria Isabel Jaekel da Silva, pelo apoio dedicado à nossa família.

Aos meus cunhados, Guilherme Fontana Fernandes e Wesley Krause Souza da Silva, pelos necessários momentos de descontração, que inúmeras vezes me renovaram.

À minha amiga, Sabrina de Faria Rodrigues, por nossos enriquecedores momentos de troca.

Ao meus amigos, Mariana de Almeida Fonseca e Piero Dutra Vicenzi, com quem pude adolecer, e, hoje, posso dividir os curiosos e inimagináveis contornos que nossas vidas tomam.

À Gisele Sperb e Julio Sperb, por incontáveis vezes terem me encorajado a seguir em frente.

Às minhas colegas, Talita Mastrantonio, Mariana Cordenunsi, Fernanda Rocha, Rafaela Villar, Joice Ribeiro, Daiane Maders e André Rösler por, cada uma à sua maneira, terem contribuído nessa trajetória acadêmica.

À banca deste TCC, Prof. Dr. Fábio Belo e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giovana Fagundes Luczinski, pelas importantes contribuições a esta pesquisa.

À orientadora deste TCC, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Camila Peixoto Farias, por ter transmitido, com tanta dedicação, uma psicanálise contextualizada e crítica sobre si mesma.

Por fim, agradeço ao meu grande parceiro nessa jornada (e em tantas outras que, juntos, decidimos trilhar), Miguel Delanoy Polidori, por nossos desvios, expansões, criações; por nossas vidas inacabadas.

*“Quando colegial, como eu gostava do cheiro úmido das raízes dos vegetais. Porém, ao lado desse mundo natural, queria fazer-me acreditar no mundo seco das raízes quadradas, que para mim tinham algo de incompreensíveis signos de linguagem marciana. Mas a tortura máxima eram as raízes cúbicas. Felizmente agora, os robôs tomaram conta disso e de outras coisas parecidas com eles...*

*Felizmente não mais existe o meu velho professor de matemática. Se não, ele morreria aos poucos de raiva e frustração por se ver sobrepujado, por me ver continuando a fazer coisas aparentemente insólitas porque não constam de currículos e compêndios, porque agora, meu caro professor, agora o marciano sou eu mesmo.”*

*(Mario Quintana)*

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar o cuidado e o controle na relação entre adulto e criança, considerando, especialmente, atravessamentos como o tempo e a alteridade no cenário contemporâneo ocidental. Para viabilizar essa discussão, fez-se uso da perspectiva laplancheana em diálogo com outros autores, a partir do método psicanalítico de pesquisa. Segundo o que propõe a teoria laplancheana, os momentos iniciais de vida de uma criança são marcados por uma intensa dependência da criança diante de um outro adulto. Considera-se que o exercício do cuidado, e do controle engendrado a ele, pressupõe um modelo de relação pautado na alteridade. Além disso, o exercício do cuidado demanda do adulto um tempo complexo e indeterminado de elaboração dos afetos produzidos pelo encontro com a criança. Entretanto, alguns aspectos da contemporaneidade, como o individualismo e uma supressão da dimensão temporal, conforme indica Debord, parecem estar na contramão dos vínculos alteritários e do tempo do cuidado. Diante desse aparente “desacordo” entre infância e contemporaneidade, buscou-se discutir possíveis modalidades de controle na relação adulto-criança que podem se desarticular do cuidado.

**Palavras-chave:** infância. Contemporaneidade. Cuidado. Psicanálise.

## Lista de Figuras

Figura 1: Luíza brincando	11
Figura 2: Mãe, num dia de sol	16
Figura 3: Ligação de trabalho	21
Figura 4: Criança pedindo um tempo	27
Figura 5: Distração	33
Figura 6: Criança tentando alcançar a janela	38



## Sumário

<b>1 Introdução</b>	<b>9</b>
<b>2 Alguns aspectos históricos da infância ocidental</b>	<b>11</b>
<b>3 Os momentos iniciais</b>	<b>16</b>
<b>4 Reflexões sobre cuidado e controle</b>	<b>21</b>
<b>5 Infância, cuidado e contemporaneidade</b>	<b>27</b>
<b>6 Outros tensionamentos da pesquisa</b>	<b>38</b>
<b>7 Considerações finais</b>	<b>41</b>
<b>Referências</b>	<b>43</b>

## 1 Introdução

Neste trabalho, nos dedicamos a pensar alguns aspectos que podem envolver a infância na contemporaneidade ocidental, mais especificamente, pensando a partir da complexidade que atravessa a dinâmica do cuidado e do controle na relação entre adultos e crianças. Compreendemos que a contemporaneidade ocidental é um cenário marcado por uma série de mudanças sociais no que diz respeito, por exemplo, à relação dos sujeitos contemporâneos com o tempo e com a alteridade. E essas mudanças sociais, inevitavelmente, exigem reorganizações, remodelações subjetivas, nas palavras de Birman (2016), em consequência desses processos de transformação. Entendemos que essas transformações, que afetam as mais diversas relações contemporâneas, vêm a afetar também as relações entre adultos e crianças.

Para realizarmos esta pesquisa, que tem como alvo alguns processos socioculturais e fenômenos psíquicos (Figueiredo & Minerbo, 2006) que se relacionam à contemporaneidade e à relação adulto-criança, fizemos uso do método psicanalítico. Compactuamos com a ideia de que a pesquisa psicanalítica não se limita a uma clínica restrita: ela se relaciona também a uma clínica extensa. Isso nos leva a considerar que podemos encontrar muitos outros campos operantes e passíveis de análise (Herrmann, 2004). Além desses aspectos, apontamos que uma das principais características da pesquisa utilizando o método psicanalítico é a relevância da singularidade produzida na relação transferencial e contratransferencial com o tema de pesquisa (Figueiredo & Minerbo, 2006). Ao levarmos em conta a singularidade da pesquisa, e a relação única que ela estabelece com as pesquisadoras, estamos considerando a inevitável temporalidade (e suas limitações) que circunda as nossas construções teóricas. Isso torna nossas construções teóricas irrepetíveis, provisórias e parciais (Dockhorn & Macedo, 2015).

Pensando nesse reconhecimento da implicação subjetiva de quem escreve, foram inseridos, em cada capítulo, desenhos contendo cenas pessoais de infância, memórias que foram mobilizadas a partir dos momentos de reflexões, de leituras, de discussões, etc. Os desenhos, feitos à caneta, não possuem a pretensão de registrar com precisão técnica as memórias que foram retomadas, mas foram inseridos por serem considerados parte do próprio processo de pesquisa. Pensando em acessibilizar nosso trabalho para pessoas com deficiência visual, as imagens que foram inseridas seguem com suas respectivas descrições.

Optamos propositalmente pelo uso do termo “adulto” na tentativa de evitarmos os inatismos com que muitas vezes o cuidado é relacionado às figuras das mulheres. Entendemos e não recusamos que o exercício do cuidado no nosso atual cenário social é preponderantemente realizado pelas mulheres, recebendo não só atravessamentos de gênero, mas, também, outros atravessamentos como raça e classe. Ao fazermos um uso predominante da palavra “adulto” ao longo desta pesquisa, vamos tentando indicar que o cuidado se relaciona muito mais à questões que envolvem a disponibilidade psíquica de quem cuida, do que características supostamente inatistas envolvendo gênero.

Iniciamos nosso trabalho a partir de uma breve discussão histórica sobre a infância e a sua relação com os adultos, que servirá de apoio para avançarmos na discussão sobre a contemporaneidade. Em seguida, buscamos refletir sobre os momentos iniciais de vida, e a prioridade do outro para os processos de constituição psíquica, de acordo com o pensamento de Jean Laplanche, que nos forneceu importantes subsídios. O capítulo seguinte se propõe a pensar mais atentamente em possíveis especificidades sobre a relação de cuidado e controle entre adultos e crianças para, finalmente, discutirmos a relação de cuidado e controle no contemporâneo. Nossa reflexão tenta partir de alguns questionamentos: como articular a infância e seu modelo prioritariamente alteritário ao individualismo contemporâneo? Como pensar a relação dos adultos com o tempo do cuidado na contemporaneidade?

## 2 Alguns aspectos históricos da infância ocidental

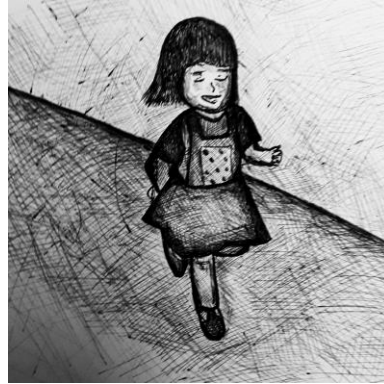


Figura 1: Luíza brincando

Fonte: a autora

**Descrição da imagem:** Desenho em preto e branco de uma criança caminhando. Ela tem cabelos curtos, acima do ombro, está com os olhos fechados e esboça um pequeno sorriso nos lábios. Está usando um vestidinho.

A infância pode ser compreendida a partir de diversas perspectivas, e, dentre elas, destacamos a que a concebe como uma construção social. Compreender a infância como uma construção social implica pensar que ela se insere numa lógica cultural, temporal, e que, portanto, está submetida ao movimento de mudanças que inevitavelmente ocorrem na sociedade. Ou seja, o que podemos apontar neste início da discussão é que o conceito que possuímos de infância não está previamente dado, não é um “em si”, e varia a partir de épocas e condições históricas diferentes (Castro, 2002). Sendo assim, consideramos que as vivências da infância, bem como as vivências da vida adulta, necessariamente são atravessadas por aspectos como raça, etnia, classe, gênero, etc. (Andrade, 2010). Logo, salientamos que a discussão que elaboramos aqui não possui a pretensão de universalizar as mais diversas vivências de ser criança, ou de ser adulto, ou das singulares relações que podem se estabelecer entre ambos, mas, sim, possui a pretensão de propor possíveis reflexões que indicam o início de um processo de aproximação de tal temática.

Dentre as breves passagens históricas que optamos por discutir, propomos pensar, inicialmente, no cenário da Revolução Industrial, ocorrida na Europa a partir do século XVIII. A Revolução Industrial trouxe mudanças consideráveis para as crianças inseridas nesse contexto. A responsabilidade pelo cuidado das crianças, que até então parecia ter um senso comunitário (Nascimento, 2008), começa a receber novos contornos. Uma das mudanças ocorridas na relação adulto-criança a partir do

século XVIII teria relação com as transformações que começaram a ser operadas no interior de algumas famílias a fim de um desejo de privacidade (Andrade, 2010). E esse desejo de privacidade familiar que começa a se ensaiar parece estar intimamente relacionado com o desenvolvimento e ascensão do capitalismo durante a Revolução Industrial. O modelo da família burguesa parece começar, então, a se instaurar de forma a valorizar a intimidade familiar e reduzir gradativamente as vivências comunitárias (Andrade, 2010).

Com as vivências comunitárias sendo paulatinamente reduzidas, podemos pensar que o cuidado da criança passa também a ser responsabilidade do núcleo familiar em que ela está inserida, cuidado que é atribuído, de forma praticamente exclusiva, às mulheres. A família, portanto, passa a ser considerada uma propriedade privada, assim como os bens adquiridos e acumulados por ela. Paralelamente a essa mudança operada no interior das famílias burguesas durante a Revolução Industrial, o trabalho infantil das famílias menos favorecidas economicamente passa também a ganhar novos contornos. Nas sociedades agrícolas, o trabalho das crianças possuía uma característica comunitária-familiar; ao se transportar para o meio urbano, perdem consideravelmente essa característica. Ou seja, novas possibilidades de ser criança no século XVIII passam a ser delineadas: enquanto famílias burguesas exercitam o cuidado privado das crianças, muitas famílias oriundas do meio rural tinham de inserir as crianças no mundo do trabalho urbano (Stearns, 2006). Nesses casos, não seria nova a experiência do trabalho em si, mas, sim, as *condições de trabalho*, muitas vezes insalubres, exaustivas, e distantes do formato familiar (Stearns, 2006). Ou seja, o capitalismo não inventa o trabalho infantil (Thompson, apud Minayo-Gomez & Meirelles), mas cria as condições para transformar as crianças em “adultos precoces” ao colocá-las no lugar de trabalhadoras como mão-de-obra no projeto de instalação capitalista.

O território brasileiro, como sabemos, sofreu longos processos de colonização europeia. Durante a invasão jesuíta no Brasil, por exemplo, houve um grande interesse nas crianças indígenas (Chambouleyron, 1997). Dentre inúmeras estratégias utilizadas durante a invasão, a instalação de escolas no território do Brasil possibilitou que os jesuítas passassem a impor sobre as crianças indígenas o que se entendia na Europa por “civilidade”: não somente a imposição de novas formas de leitura e escrita, mas também, e principalmente, a imposição da “lei cristã” (Chambouleyron, 1997). Alguns autores consideram que o processo de evangelização

dessas crianças se tornou uma das formas de viabilizar e de aproximar a difícil conversão dos adultos indígenas (Chambouleyron, 1997). Mas, mesmo diante desse cenário de invasão e imposição, existem muitos registros de cartas enviadas pelos jesuítas à Europa relatando as dificuldades de evangelizar as crianças indígenas diante das suas “malcriações” (Del Priore, 1997).

Após a invasão jesuíta, a entrada maciça de imigrantes no Brasil se manteve contínua. O processo de industrialização no território brasileiro, tal qual em outros territórios, fez grande uso da mão-de-obra infantil. No início do século XX, por exemplo, termos como “menino”, “menina”, “criança” eram utilizados para recrutar a mão-de-obra, deixando evidente a inserção precoce das crianças nos ambientes de trabalho (Moura, 1997). O trabalho infanto-juvenil nesse período era mal remunerado, com jornadas que chegavam a atingir 14 horas diárias, sem descanso semanal, dificultando, e, até mesmo, inviabilizando as possibilidades já restritas de frequentar a escola (Moura, 1997). Mas, mesmo diante desse cenário, novamente, existem muitos registros que indicam a “desobediência” das crianças que insistiam em brincar no interior das fábricas no horário de trabalho (Moura, 1997).

Após esse período de uso irrestrito da mão-de-obra infantil no Brasil, iniciaram alguns movimentos de adultos operários que não só buscavam melhores condições de trabalho, como também buscavam a proibição da mão-de-obra infantil, inicialmente, para serviços considerados de maior risco (Moura, 1997). Algumas legislações começaram a ser elaboradas, mas eram respaldadas por sistemas de fiscalização praticamente inoperantes, com imensas brechas legais aos empresariados (Moura, 1997). Com o passar do tempo, houve importantes marcos legais na proteção dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, por exemplo, com a Constituição Federal de 1988, e com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entretanto, a questão do trabalho infantil no Brasil não deve ser dada como superada: o PNAD Contínua 2016 (IBGE, 2017) indicou que 998 mil crianças trabalhavam em desacordo com a legislação, sendo a maioria de crianças negras, reflexo do período de escravização no país.

Ao apontarmos essas breves passagens históricas, pretendemos indicar que a infância, em diversas situações, pareceu ter despertado o interesse disciplinar de algumas instituições. Sugerimos que uma das possibilidades para pensarmos nesse interesse disciplinar é indicar que a infância, muitas vezes, se mostrou (e se mostra) potencialmente subversiva, fator que será tratado mais adiante. Diante disso,

consideramos que as mais diversas instituições tiveram de lançar mão de estratégias de docilização (Foucault, 1987) na tentativa de controlar esse potencial subversivo da infância. Segundo Foucault (1987), as disciplinas funcionam justamente na expectativa de transformar esses corpos subversivos em obedientes e úteis (Foucault, 1987). Se referindo a essa ideia de utilidade e obediência, Foucault (1987) aponta que:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a transformação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (Foucault, 1987, p. 135).

Podemos pensar que os modelos fabris e escolares, por exemplo, lançam mão de estratégias disciplinares através da repartição dos indivíduos investindo em fileiras, corredores e alinhamentos (Foucault, 1987). Foucault (1987) indica que uma organização, como essa descrita, faz operar esses espaços como máquinas “de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (Foucault, 1987, p. 144). E é essa ordem disciplinar que se esforça por constituir o que Foucault (1987) chamou de “quadros vivos”, que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (Foucault, 1987, p. 145). É possível pensar, então, que tanto no modelo fabril, quanto no modelo escolar, houve a ideia de dominação dos corpos infantis visando a imposição de uma ordem (Foucault, 1987). Uma ordem que, certamente, vem a garantir a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos (Foucault, 1987). Mas o que Foucault (1987) nos indica é que esse investimento nos corpos, com o passar do tempo, foi adquirindo técnicas íntimas, ainda mais minuciosas, ganhando, assim, campos mais vastos (Foucault, 1987). Aconteceria, então, uma espécie de “generalização” das técnicas disciplinares para além das fábricas e das escolas. Conforme apontou Foucault (1987), as técnicas disciplinares foram adquirindo, gradativamente, a partir do século XVIII:

Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza, são eles entretanto que levaram à mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea. Descrevê-los implica a demora sobre o detalhe e a atenção às minúcias: sob as mínimas figuras, procurar não um sentido, mas uma precaução; recolocá-las não apenas na solidariedade de um funcionamento, mas na coerência de uma tática (Foucault, 1987, p. 136).

Conforme indicamos anteriormente, a ascensão capitalista faz desenvolver novas formas de cuidado. Antes com um senso comunitário, a responsabilidade pelo cuidado das crianças vai sendo transportada ao meio privado. Foucault (1987) nos indica que as técnicas disciplinares vão adquirindo, a partir do século XVIII, sutilezas e minúcias. Deleuze (1992), em um *post-scriptum*, nos ajuda a trabalhar essa questão ao pensar as sociedades disciplinares propostas por Foucault. As sociedades disciplinares e seus meios de confinamento (fábricas, escolas, prisões...) atingem um apogeu e, progressivamente, entram em uma crise diante de novas forças que viriam a se instalar (Deleuze, 1992). Transitariamos, portanto, de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle. Resumidamente, qual parece ser a principal diferença entre elas? Que as disciplinas operavam em sistemas fechados e bem determinados (Deleuze, 1992), enquanto o controle opera a níveis mais dispersos, sutis, minuciosos (Foucault, 1987). E é sobre essas possíveis minúcias no controle dos adultos sobre as crianças que tentaremos nos ater neste texto, nesse meio cambaleante entre o cuidado do adulto em relação à criança (que parece transitar pelo controle), e o controle pelo controle (que visa o domínio e, justamente, se desarticula do cuidado). Propomos pensar, em um primeiro momento, sobre as especificidades que parecem marcar os momentos iniciais de uma criança diante de um adulto, e vice-versa, para, em seguida, darmos continuidade a essa discussão.



### 3 Os momentos iniciais



Figura 2: Mãe, num dia de sol  
Fonte: a autora

**Descrição da imagem:** Desenho em preto e branco de uma mulher adulta e uma criança dentro d'água. Ambas estão sentadas com as pernas parcialmente cobertas pela água. A pessoa adulta está de perfil, à esquerda, tem cabelos compridos, usa boné e um maiô e está gesticulando com os dois braços. A criança, sentada à sua frente, usa um coque alto, tem os olhos semi-serrados e sorri. Seus bracinhos estão mergulhados na água.

Pensar os momentos iniciais de vida, pelo menos a partir de uma perspectiva psicanalítica, implica considerar a prioridade do outro para que haja a constituição do psiquismo (Laplanche, 2003). Ou seja, nos primeiros momentos, o recém-nascido se encontra *absolutamente* dependente de um outro para existir (Winnicott, 1988). Winnicott (1988) aponta para a importância de que o ambiente de facilitação em que a criança se insere seja *suficientemente bom*: consideramos que essa característica se refere, por exemplo, às possibilidades dos adultos de se adaptarem às necessidades iniciais da criança (Ferenczi, 1928), podendo oferecer a ela um ambiente que seja pessoal e humano. Sendo um ambiente pessoal e humano, consideramos que veicula ao recém-nascido as características pessoais e humanas, como os afetos, os conflitos e as marcas do contexto sociocultural. Essa ideia parece apontar para a complexidade de um ambiente de facilitação, e, conseqüentemente, para a complexidade que marca a relação entre bebê e o adulto.

Segundo Laplanche (2003), o início da vida é assinalado por uma Situação Antropológica Fundamental: o recém-nascido se encontra inscrito no plano da autoconservação, totalmente dependente de um adulto que já possui a sexualidade inconsciente como soberana sobre as outras forças psíquicas. A criança, desde o início, é confrontada com um mundo sexual adulto cheio de significados, cheio de

mensagens que excedem as suas capacidades de apreensão e de controle (Laplanche, 1988). Por mensagens, estamos considerando, aqui, a ideia também proposta por Laplanche (1988): as mensagens transmitidas pelos adultos não se encontram somente - e nem principalmente - no plano da comunicação verbal; as mensagens também são transmitidas por sistemas complexos de comunicação semiótica que abrangem os gestos, as mímicas, as posturas, os olhares, por exemplo, todos esses elementos carregados de função significativa.

Esse cenário originário que estamos tentando descrever, para Laplanche (1993), tem como núcleo a sedução do adulto. Isso porque a criança, sendo objeto passivo de cuidados, é, conforme visto, confrontada com um mundo adulto infiltrado por significados inconscientes e sexuais. Cabe ressaltar que a sedução descrita por Jean Laplanche não se trata de uma relação patológica - ainda que possa ser; ela está baseada na relação entre adulto e criança, que é, invariavelmente, marcada pelo inconsciente sexual do adulto e seus resíduos infantis (Laplanche, 2003). Ou seja, esse diálogo entre adulto-criança é, para Laplanche (2003), parasitado pela intervenção do inconsciente do adulto, mas, mais do que isso, parasitado principalmente pelo inconsciente *infantil* do adulto. Tarelho (2017) nos alerta sobre a situação de dissimetria que marca esse momento: dissimetria entre o adulto e a criança, conforme vimos, mas também uma dissimetria do adulto em relação a si mesmo, pois ele próprio desconhece o inconsciente que veicula à criança. Nas palavras de Laplanche, a mensagem transmitida estaria frequentemente comprometida, e, por isso mesmo, enigmática: “opaca para quem a recebe, opaca também para quem a emite” (Laplanche, 1993, p. 755).

A partir da articulação entre os elementos discutidos, como a dissimetria que marca a Situação Antropológica Fundamental, e a inevitável dependência da criança para com o adulto, é possível pensar em um estado de desamparo nos momentos iniciais. O estado de desamparo se relaciona, segundo Laplanche e Pontalis (1994), justamente à onipotência do cuidador sobre a criança na relação inicial. Isso porque os fenômenos sedutivos do adulto excedem o entendimento da criança pois os meios que ela possui de constituir códigos de tradução das mensagens do mundo adulto são fundamentalmente inadequados (Laplanche, 1988). Os processos nos quais a criança passa a manifestar sua atividade subjetiva são secundários frente a esse tempo descrito como originário, que é o tempo da passividade, o tempo do desamparo, o tempo da sedução (Laplanche, 1996). Mas a manifestação subjetiva da criança, dada

posteriormente a esse tempo passivo, também se dá graças à onipotência do adulto. Isso porque, durante o tempo de passividade, o adulto transmite as possibilidades tradutivas para ligar o pulsional infantil até então desligado, desorganizado, anárquico. Ou seja, o adulto que veicula a mensagem enigmática à criança, veicula também as possibilidades de tradução dessa mensagem enigmática. Além disso, as primeiras tentativas ativas de tradução ocorrem justamente diante de uma *necessidade de tradução*; sobre essa questão, Tarelho (2017) trata o enigma como o motor do processo de simbolização. Vale lembrar que a transmissão, pelo adulto, dos códigos que permitem o direcionamento desse pulsional desligado infantil também se dá de forma inconsciente.

Consideramos, portanto, que o controle e a onipotência do adulto nesse momento inicial permitem a existência da criança, já que o estado de desamparo infantil é o que “influencia de forma decisiva a *estruturação do psiquismo*, destinado a constituir-se inteiramente na relação com outrem” (Laplanche & Pontalis, 1994, p. 112, grifo nosso). Aqui, parece importante salientar o intenso descentramento fundamental que marca os sujeitos, aspecto apontado por Laplanche (1988) quando diz: “[...] todo mundo interno, inclusive as próprias pulsões, constituem-se a partir de elementos introjetados, pinçados [...]”. Mas esse “mundo interno” referido por Laplanche (1988) está intimamente engendrado pelo contexto onde se inserem adulto e criança: tanto os enigmas, quanto as possibilidades tradutivas dos enigmas, estão enredados com o contexto. Como podemos pensar, então, a importância desse contexto no que diz respeito à relação adulto-criança?

Freud (1921) indica que os sujeitos tendem a se organizar em torno de elementos identificatórios, constituindo o que ele chamou de *massa*. Os sujeitos compõem as massas em determinados momentos, e com finalidades específicas, organizando povos, classes e instituições, etc. (Freud, 1921). Freud (1921) considera que a inclusão nas massas, portanto, influencia e modifica a atividade psíquica dos sujeitos que nelas se inserem. Logo, os processos subjetivos parecem estar voltados a uma necessidade de adaptação a essas massas, que fornecem possibilidades de organização, de identificação (Freud, 1921). Entretanto, no início da vida, a desorganização pulsional parece ir na contramão desse processo de organização “civilizatória”. Isso porque a sexualidade infantil, conforme Laplanche (1988) indica, é a sexualidade justamente no seu aspecto menos civilizado, menos sociável; é a sexualidade desligada, desinvestida. Como podemos pensar que se dá, então, a

estratégia de inclusão das crianças (e seu pulsional anárquico) numa massa *organizada* em torno de referenciais específicos?

Podemos pensar que essa inclusão é possível através de encaminhamentos pulsionais considerados e determinados como mais “civilizados” - encaminhamentos que certamente variam a depender do cenário em que a criança está inserida. Freud (1908), portanto, aponta que parte do processo de adaptação dos sujeitos no contexto em que se inserem se dá através de supressões e renúncias do pulsional infantil, perverso polimorfo<sup>1</sup>, com a finalidade de “civilizar”, de construir encaminhamentos para o pulsional anárquico. Evocando novamente o pensamento foucaultiano, uma das estratégias por trás desse processo civilizatório seria, primeiro, predeterminar e estabelecer elementos mínimos de percepção, para, assim, torná-los passíveis de modificação (Foucault, 1977-1978). Numa tentativa de aproximar essa ideia de Foucault para a discussão proposta, talvez estejamos falando de uma identificação dos elementos considerados “não-civilizados” nas crianças de maneira a modificá-los em função de objetivos determinados, objetivos mais “civilizados”. Parece se estabelecer, assim, um complexo mecanismo de controle, de adestramento (Foucault, 1977-1978) das crianças.

Psicanaliticamente falando, um dos destinos possíveis do pulsional perverso polimorfo tido como “não civilizado” será, portanto, o encaminhamento pela via do recalque; mas esse encaminhamento pelo recalque se dará posteriormente ao estabelecimento mínimo de normatizações (Foucault, 1977-1978) que, como dito, variam consideravelmente a depender do cenário. Esse recalque, segundo Laplanche (1988), se dará pelo menos em dois tempos: o primeiro tempo, passivo, de inscrição dos significantes originários transmitidos pelo adulto, ainda não recalcados; o segundo tempo é marcado pelo que Laplanche (1988) chamou de uma reativação desses significantes, sentidos como ataques internos, que a criança deverá tentar ligar, recalcar. O recalque será possível, portanto, através da aquisição de códigos que possibilitem a tradução dessas mensagens sentidas como intrusivas (Laplanche, 1988). Essas possibilidades de encaminhamento, transmitidas para as crianças através dos adultos (e comprometidas com o inconsciente dos adultos e com

---

<sup>1</sup> A ideia de um pulsional infantil perverso polimorfo, anárquico, foi tratada por Freud nos Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade (1905). Nesse sentido, a satisfação da sexualidade infantil e seus encaminhamentos pelas vias tidas como “civilizatórias” ainda estão em processo de elaboração, encontrando, portanto, poucas resistências.

o contexto do qual fazem parte), vão, gradativamente, estruturando o ego. Segundo Freud (1908), é a partir desse movimento que repousam os nossos processos considerados “civilizatórios”.

Ao mesmo tempo, Freud (1908) aponta que essa renúncia pulsional (ou, então, esse direcionamento do pulsional através do recalçamento), em nome da atividade “civilizatória”, não é possível sem que haja um grande esforço psíquico por parte dos sujeitos na tentativa de “inclusão” nos modelos civilizatórios. O que podemos apontar a partir dessa ideia? Que o controle do pulsional através do direcionamento nos processos civilizatórios possui seu caráter estruturante, conforme visto, mas também parece possuir seu caráter limitante. De acordo com os aspectos teóricos tratados até aqui, podemos considerar que esse esforço psíquico de enquadrar nas normas é feito tanto por parte da criança, quanto por parte do adulto. Isso porque a criança, com o suporte de um adulto, deverá dar novos direcionamentos ao seu pulsional perverso polimorfo, que não se enquadra na lógica considerada civilizatória, assim como o adulto é confrontado com seu próprio inconsciente infantil recalçado, com suas próprias renúncias pulsionais. Winnicott (1988) nos lembra que o adulto, logicamente, já foi uma criança, e, sendo assim, carrega com ele as lembranças de ter sido uma criança, de ter sido controlado enquanto criança. E essas lembranças de ter sido inicialmente um objeto passivo de cuidado (Laplanche, 2003) e de controle podem tanto ajudar, quanto atrapalhar em sua própria experiência de ser um cuidador (Winnicott, 1988).

Nesse momento da nossa discussão, podemos considerar que existe uma imensa complexidade envolvendo a relação adulto-criança. Essa relação que, conforme visto, parece ser marcada pela tenuidade das fronteiras entre cuidado e controle: o adulto onipotente, controlador, muitas vezes é o mesmo adulto que exerce o cuidado e, portanto, dá as possibilidades de existência para a criança. Como podemos pensar mais minuciosamente sobre a relação de cuidado e controle entre adulto e criança? O controle sempre estaria a serviço do cuidado? O controle pode assumir características de descuido? Se sim, quando o controle assume características de descuido? Tentaremos refletir a partir desses questionamentos.

#### 4 Reflexões sobre cuidado e controle



Figura 3: Ligação de trabalho

Fonte: a autora

**Descrição da imagem:** Desenho em preto e branco de um adulto e uma criança. À direita, o adulto em pé segura um celular com a mão enquanto a outra está dobrada em direção à boca da criança. Esta aparece de costas, cabelos na altura do ombro, usando um vestidinho.

Com o auxílio de um dicionário, encontramos alguns significados para as palavras *cuidado* e *controle* que parecem se relacionar com a discussão proposta. Para ajudar a elucidar o que chamamos aqui de *cuidado*, podemos destacar os seguintes significados: atenção; cautela; zelo (Ferreira, 2000, p. 197). Quanto a palavra *cuidar*, destacamos os seguintes significados encontrados: imaginar, meditar; julgar, supor; aplicar a atenção, o pensamento, a imaginação; ter cuidado; ter cuidado consigo mesmo (Ferreira, 2000, p. 197). Já quanto aos possíveis significados para a palavra *controle*, podemos dar ênfase aos seguintes: ato ou poder de controlar; fiscalização exercida sobre as atividades de pessoas, órgãos, etc., para que não se desviem das normas preestabelecidas; domínio físico e psíquico de si mesmo (Ferreira, 2000, p. 183). E, sobre a palavra *controlar*: exercer o controle de; submeter a controle; dominar (Ferreira, 2000, p. 183). Cabe lembrar que esses significados podem ser mais amplos e complexos, e, portanto, não servem para determinar fixamente o que chamamos de “cuidado” ou “controle”. Mas, ainda assim, parecem ajudar a desenhar a discussão proposta. Como tentar relacioná-los, então, ao referencial psicanalítico?

Sem um outro adulto, conforme visto, as possibilidades de existência de uma criança se encontram ameaçadas. Ameaça que certamente se refere às suas necessidades básicas, mas não somente: fazemos referência também ao corpopsiquismo infantil e sua elementaridade (Cardoso & Netto, 2012). O outro é

marca fundamental para a inserção em um universo simbólico, fornecendo à criança o que Winnicott (1988) chamou de um *estado de integração* diante da situação de desamparo. Essa integração fornece aos sujeitos uma contínua atividade de “fazer sentido”, de possuir um lugar humano para a existência (Figueiredo, 2009). De acordo com o que nos indica Ferenczi (1928), é importante que os adultos que se dedicam aos cuidados saibam se adaptar às necessidades iniciais e acolher as manifestações da criança. Kupermann (2019), ao tratar sobre o pensamento de Ferenczi, fala da importância de uma *hospitalidade* dos adultos em relação às crianças como um princípio para a ética do cuidado. Portanto, embora haja um tempo de passividade da criança em relação ao adulto, conforme indicamos anteriormente, é também necessário que o adulto possa se adaptar à criança e ao tempo da infância.

Figueiredo (2009), considera que o exercício do cuidado é possível a partir do entendimento da *singularidade* do objeto de cuidado. Ou seja, cuidar implica reconhecer o outro como outro; um outro que possui suas especificidades, e que, constantemente, no jogo dos encontros e trocas, redefine seu arranjo de singularidades. Sendo assim, enquanto há um outro que se *redefine*, parece ser necessário que, permanentemente, haja uma busca pelo *reconhecimento* desse outro para que seja possível o exercício do cuidado. Para isso, tendo em vista a relação adulto-criança, podemos pensar que é necessário que o outro adulto se permita ser afetado pela criança; tanto por suas atitudes consideradas “civilizadas” - ou, até mesmo, idealizadas da infância -, quanto por suas inclinações tidas como vingativas e agressivas (Freud, 1921), subversivas, em decorrência do seu pulsional perverso polimorfo “não civilizado”. Sobre essa questão, Ferenczi (1928) nos aponta para a relevância de permitir que as crianças ajam, até certo ponto, de acordo com os seus impulsos. E que, nesse momento, de abertura aos afetos do pulsional anárquico da criança, o adulto possa acolhê-lo e, gradativamente, oferecer possibilidades de encaminhamento (Ferenczi, 1928).

Tão importante quanto ser afetado, então, é que o adulto, diante da afetação, possa fornecer um ambiente *suficientemente bom* (Winnicott, 1988): um ambiente que seja capaz de acolher o pulsional anárquico da criança. Acolher a criança nesse entremeio, que é: participar ativamente dos processos de estruturação de seu psiquismo da criança (com todas as implicações inconscientes desse processo, conforme vimos), mas, ao mesmo tempo, limitar (participar dos processos de construção de direcionamentos “*civilizatórios*” para o pulsional infantil). Ou seja, o

limite proposto pelo adulto parece vacilar entre organizar - e fornecer possibilidade de existência -, e controlar - na medida em que inevitavelmente enquadra o pulsional infantil nas normas tidas como “civilizatórias”. A questão que parece se apresentar previamente para refletirmos sobre esse ponto é: Qual a medida do controle, mesmo que sabidamente seja impossível mensurar de uma forma quantitativa? Até onde o controle do adulto está estruturando psicologicamente a criança, e, logo, potencializando modos de existência, e até onde o controle está despotencializando, (de)limitando rigidamente as possibilidades de existência?

E, tentando complexificar um pouco mais essa discussão, parte desse imenso desafio no exercício do cuidado parece estar também nesse confronto: cuidar remete aos momentos em que o adulto foi objeto passivo de cuidado, e remete a como o seu próprio pulsional anárquico foi acolhido durante esse período. Freud (1914) aponta para uma *revivescência* por parte do adulto. Ou seja, ao cuidar, o adulto é confrontado com afetos que remetem à sua própria Situação Antropológica Fundamental (Laplanche, 2003). Mas, ao falarmos dessa *revivescência* (Freud, 1914), não nos referimos a um determinismo: o modo como o adulto foi investido enquanto criança não necessariamente ditará o modo como ele investirá nos seus objetos de cuidado; os investimentos recebidos são interiorizados e traduzidos de formas singulares, e, além disso, novos modos de cuidado podem ser criados. Quando esse adulto, confrontado com tais afetos durante a relação de cuidado, é capaz de abrir espaço para a singularidade (a sua e a da criança), é capaz de exercer o reconhecimento (o seu e o da criança), ele está abrindo possibilidades para criar novos modos de cuidado; abrindo possibilidades também para que a criança possa vir a desenvolver as suas próprias capacidades de cuidado. É através desse gradual desenvolvimento egoico, que se constitui diante do cuidado e do controle de um outro adulto, que a criança poderá vir a assumir suas próprias funções vitais, poderá também exercitar o cuidado e o controle de si. Esse seria um contraponto à lógica instintual muitas vezes defendida no exercício do cuidado e do controle. Sobre esse aspecto, podemos citar Laplanche (1988, p. 45):

À medida que se desenvolve o Ego, as principais funções vitais e relacionais, desde a alimentação até a “luta pela vida” ou ainda o pensamento operatório são assumidas pelo Ego, ou, mais exatamente pelo amor do Ego. É por amor, e não por instinto de sobrevivência, que o bebê vai se alimentar, em breve: amor de seus objetos, amor da mãe, amor do seu Ego.



Conforme vamos indicando até aqui, podemos salientar que as possibilidades de cuidado de uma criança transitam inevitavelmente pelo exercício do controle, especialmente quando retomamos a ideia da onipotência do adulto sobre a criança nos momentos iniciais de vida. Mas um controle com “fins de cuidado” parece também estar justamente pautado na ideia do reconhecimento do outro, no acolhimento e no suporte para a construção de encaminhamentos das manifestações pulsionais do outro. Muitas vezes, será necessário que o adulto cuidador seja capaz de intervir, de limitar, de controlar diretamente determinadas ações da criança com a finalidade de cuidar, de proteger. Laplanche (1988), ao falar sobre a questão da adaptação das crianças, aponta que, em um primeiro momento, as montagens adaptativas face aos perigos reais são inexistentes nas crianças. Sendo assim, cabe a um adulto a tarefa de controlar, de impedir diretamente a exposição da criança aos perigos que podem se apresentar. Quando falamos, por exemplo, de um controle que é capaz de reconhecer a criança que se encontra em uma situação de perigo, parece que estamos falando, mais uma vez, dessa relação entre cuidado e controle; um cuidado no controle; o controle que reconhece o outro como outro, o outro-criança-sujeito em perigo.

Consideramos como importante, então, uma implicação e intervenção direta do cuidador. Mas, segundo Figueiredo (2009), é também importante a capacidade do adulto de se ausentar, caracterizando o que ele chamou de uma *presença reservada*. Enquanto presença reservada, o cuidador precisará, portanto, exercitar a renúncia de sua onipotência sobre a criança, abrindo vias para que a relação de cuidado não seja unicamente sobreposta pela lógica do domínio (Figueiredo, 2009), pela lógica do controle. Essa flexibilidade também parece possibilitar que a relação não seja marcada por um controle que desconsidera a alteridade e que, portanto, tende a aprisionar psiquicamente a criança. Pensando esse aspecto, Figueiredo (2009) aponta que:

No limite, ao cuidador fará sempre bem uma dose de modéstia e a aceitação do acaso como elemento significativo nos processos humanos: se ele dispuser de confiança e fé nos outros e nas potências da vida, ficará mais livre das modalidades de cuidados em que o excesso de implicação do agente despotencializa, desqualifica e aprisiona seus objetos (bebês, alunos, pacientes etc.) (Figueiredo, 2009, p. 132).

Para que o controle esteja alicerçado no acolhimento e no suporte para construção de encaminhamentos para o pulsional, será necessário que, assim como

assinalou Ferenczi (1933), os adultos reconheçam a submissão da criança de maneira que possam, gradativamente, abandonar o que ele chamou de uma “transferência tirânica”. Mas, primeiro, como dito, é preciso que o adulto reconheça a tirania dessa relação. Esse movimento possibilita que a criança venha a assumir o próprio controle, venha a construir os próprios direcionamentos pulsionais. Conforme vimos, isso se relaciona, novamente, com como se deu a relação de controle com o outro adulto: o controle pelo controle, aprisionador, rígido, ou o controle articulado ao cuidado, flexível, pautado no reconhecimento do outro? Esses aspectos transmitidos na relação de controle com o outro adulto podem marcar como a criança irá se relacionar com a moral, com os ideais (Laplanche & Pontalis, 1994). Parece que, nesse sentido, estamos apontando para a formação do superego, uma das instâncias psíquicas propostas na segunda tópica freudiana, que se constituiria a partir da interiorização das exigências e das interdições parentais, funcionando como um censor egoico (Laplanche & Pontalis, 1994). Cabe lembrar que, aqui, ao falarmos sobre essa interiorização do controle, nos referimos a um processo complexo, gradual e inconsciente de construção de encaminhamentos considerados “civilizatórios” ao pulsional. Mas como podemos pensar mais atentamente nesse controle que tende a despotencializar, a aprisionar?

É possível pensar que o controle que se desarticula do cuidado parece estar relacionado a uma fragilização nos processos de reconhecimento do outro, em uma fragilização nos processos de reconhecimento da *singularidade* do outro. Podemos considerar que uma relação entre adulto e criança pautada no controle desarticulado do cuidado está mais próxima de uma dinâmica “fixa” de domínio do adulto sobre a criança. Parece estar pautada, portanto, em uma dinâmica de controle - talvez menos flexível - de um preestabelecimento de padrões específicos (Foucault, 1977-1978) do que é “ser criança”, que estão imbricados com as memórias, as fantasias inconscientes do adulto que, por sua vez, não podem ser pensadas desarticuladas do contexto social. Mesmo que o domínio e onipotência do adulto sejam aspectos fundamentais dos momentos iniciais, como discutido, será necessário que eles sejam gradativamente flexibilizados. Mas a flexibilização do domínio parece ser possível quando o adulto reconhece criticamente esses modelos, essas fantasias, reconhece o arranjo subjetivo singular da criança com quem se relaciona, e tenta renunciar minimamente a esses padrões de “ser criança” (ainda que, inevitavelmente, esses aspectos sejam mobilizados durante a relação adulto-criança), ponto que será tratado

com mais cautela a seguir. Nesse sentido, trazemos a ideia de que a flexibilização da dinâmica do domínio, do controle, vem a ser, ela própria, também um ato de cuidado.

A partir dos elementos que tentamos elaborar até aqui, é possível perceber ainda mais a complexidade que envolve a relação adulto-criança. Parece importante dar continuidade a essa discussão tentando uma aproximação entre elementos que parecem marcar o contexto contemporâneo ocidental. A partir disso, tentaremos refletir com base em algumas perguntas que se anunciam neste momento, por exemplo: como podemos pensar aspectos que parecem marcar o contemporâneo, e, portanto, a relação adulto-criança? Como podemos pensar o cuidado e o controle nesse cenário? Como pensar mais especificamente em modalidades de controle que se desarticulam do cuidado? O que o controle excessivo do adulto sobre a criança visa controlar? O que o controle excessivo do adulto quer recusar?

## 5 Infância, cuidado e contemporaneidade



Figura 4: Criança pedindo um tempo

Fonte: a autora

**Descrição da imagem:** Desenho em preto e branco de uma criança segurando a perna de um adulto. À direita, a criança está ajoelhada ao lado da perna da pessoa adulta, abraçando-a com ambos os braços. Seu rosto tem uma expressão séria. Do adulto veem-se apenas as pernas.

Para darmos continuidade a esta discussão, retomamos a ideia de uma moral sexual “civilizada”: conforme tentamos indicar anteriormente, Freud (1908) aponta que os nossos processos “civilizatórios” repousam sobre uma série de supressões pulsionais. Diante das questões que marcaram sua época e seu contexto, Freud (1908) elaborou críticas que em muito se direcionavam às normas impostas pela religião, pelo casamento, dentre outros, e das supressões pulsionais relacionadas às exigências de enquadramento dos sujeitos nas normas dessas instituições. Ainda pensando nessa direção, mas tentando “atualizar” essa ideia à nossa época e ao nosso contexto, parece relevante, então, pensarmos por quais caminhos pode transitar a nossa moral sexual “civilizada” contemporânea. A partir disso, procuraremos exercitar a reflexão sobre uma importante provocação feita por Freud (1908, p. 208): “[...] é justo que indaguemos se nossa moral sexual ‘civilizada’ vale o sacrifício que nos impõe”.

A sociedade ocidental contemporânea possui algumas peculiaridades que parecem servir para pensarmos os processos de subjetivação dos sujeitos que nela se inserem. Podemos apontar para mudanças na relação, por exemplo, com o trabalho e a produção, com o tempo, com o espaço, com o consumo, etc. E, essa modernização do social, conforme indica Birman (2016), parece impor novas exigências para a subjetividade e, logo, para a relação entre adultos e crianças. Isso

porque, ainda segundo Birman (2014), os signos que antes orientavam o mundo, direcionando modos de existência, foram deslocados de suas posições e lugares simbólicos. Parece relevante, portanto, tentarmos refletir sobre algumas características que parecem atravessar a relação entre adultos e crianças na contemporaneidade, bem como sobre os possíveis efeitos subjetivos produzidos por elas. Dentre infindáveis aspectos passíveis de análise, propomos refletir mais especificamente sobre o *tempo* e o *individualismo* no contemporâneo, e em como esses dois elementos parecem se vincular um ao outro.

Para pensarmos a relação do sujeito contemporâneo ocidental com o tempo, sugerimos fazer uso da ideia de Guy Debord (1967), quando nos aponta para uma tentativa de *dominação social do tempo*. O tempo, segundo Debord (1967), parece ter assumido novas nuances: ele não serve somente para a produção de mercadorias - materiais e imateriais -, mas passa a ser, ele próprio, o tempo, uma mercadoria. E, sendo o próprio tempo uma mercadoria, ele seria gradativamente expropriado dos adultos produtores e consumidores contemporâneos. Mas Debord não somente faz menção a uma expropriação da dimensão quantitativa do tempo, mas, especialmente, a uma supressão da dimensão *qualitativa* do tempo (Debord, 1967). Compreendemos que um tempo, na sua dimensão qualitativa, é um tempo mediado, complexo, que permite a historicização do sujeito; permite o movimento psíquico entre passado, presente e futuro.

Birman (2014) nos lembra que essa expansão temporal é uma importante dimensão para a experiência psíquica dos sujeitos, e que o registro do tempo (seu movimento, seu dinamismo) possibilita os processos de elaboração do psiquismo. Quando pensamos em um tempo qualitativamente suprimido (Debord, 1967), parece que estamos falando de um tempo menos dinâmico, com menos mobilidade, muito mais próximo de uma lógica imediatista (Birman, 2014), aprisionado no presente. Quando falamos sobre a elaboração das experiências psíquicas dos sujeitos, estamos falando de um tempo indeterminado, não quantificável e *expansivo* (Birman, 2014), logo, mais próximo do que Debord (1967) chamou de um tempo qualitativo. Freud (1920), inclusive, aponta para a atemporalidade dos processos inconscientes, que funcionam em uma dinâmica cuja noção temporal linear e quantificável sequer pode ser aplicada. Inferimos, então, que esse tempo qualitativo, marcado por uma complexa relatividade, possui grande influência sobre a elaboração dos afetos, e vice-versa.

Ao considerarmos uma supressão qualitativa do tempo (Debord, 1967), parece que estamos considerando, primeiro, um possível comprometimento no tempo de elaboração dos afetos. Mas, para além disso, será que um tempo suprimido também não exerceria influência sobre a promoção da sociabilidade (Birman, 2014), sobre o tempo disponível para a troca com o outro? Talvez essa relação entre os dois autores nos ajude a pensar o individualismo e a conseqüente indisponibilidade ao outro na contemporaneidade. Sem que haja um tempo qualitativo (Debord, 1967) para a interlocução com o outro, Birman (2014, p. 23) nos alerta para uma conseqüente “perda do potencial de simbolização da subjetividade contemporânea”. Como podemos pensar, então, questões como uma supressão qualitativa do tempo (Debord, 1967) e o individualismo, agora buscando uma relação mais direta ao exercício do cuidado das crianças?

Ao pensarmos anteriormente no exercício do cuidado (e, logo, do controle articulado ao cuidado), fizemos algumas considerações que valem a pena serem retomadas: que o cuidado transita pelos processos de reconhecimento do outro; que o encontro entre adulto e criança produz complexos afetos que confrontam o adulto com os momentos em que ele próprio foi objeto passivo de cuidado (Laplanche, 2003). Consideramos, também, que os momentos iniciais da relação adulto-criança são marcados por uma profunda dissimetria entre a criança inscrita no plano da autoconservação, dependente de um adulto, que, por sua vez, transmite mensagens carregadas de significantes sexuais, inconscientes para ele próprio (Laplanche, 2003). Retomamos alguns desses aspectos para tentarmos indicar, primeiro, que o tempo dedicado ao exercício do cuidado (e toda complexidade que ele abarca) parece se aproximar muito mais de um tempo mediado, que permite o entrelaçamento entre presente, passado e futuro, na contramão do tempo do imediatismo, aprisionado ao presente. Segundo, que se formos considerar essa hipótese de Debord (1967), uma supressão justamente qualitativa do tempo, uma supressão de um tempo elaborativo, de mediação, parece estar em contradição, então, com o tempo do cuidado.

Já ao considerarmos a questão do individualismo, parece que estamos diante de uma outra possível contradição. Um contexto pautado em uma lógica individualista parece estar em desacordo com o cuidado, já que cuidar de uma criança, como vimos, pressupõe um modelo prioritariamente alteritário. O cuidado, conforme tentamos evidenciar, se vincula muito mais a relações marcadas pelo reconhecimento e interlocução com o outro do que ao individualismo. Como podemos continuar

pensando mais atentamente sobre a relação adulto-criança na contemporaneidade, tendo em vista essas aparentes contradições?

Sugerimos que uma supressão temporal (Debord, 1967) pode exigir dos adultos um intenso trabalho de organização, de controle, de sintetização do tempo que se encontra disponível para as mais diversas demandas. Esse limitado tempo disponível, regulado e habitado pelo imediatismo, então, parece estar profundamente comprometido por um nível de organização que abre pouco espaço aos eventos imprevisíveis, incontrolláveis, aleatórios. Aqui, fazemos uso de uma das ideias de Guattari (1989), que parece se aproximar dessa problemática que tentamos indicar. Guattari (1989) se refere a uma “subjetividade capitalística” contemporânea que funciona de maneira a evitar os acontecimentos capazes de interferir no seu controle<sup>2</sup>. Segundo Guattari (1989):

A subjetividade capitalística, tal como é engendrada por operadores de qualquer natureza ou tamanho, está manufaturada de modo a premunir a existência contra toda intrusão de acontecimentos suscetíveis de atrapalhar e perturbar a opinião. Para esse tipo de subjetividade, toda singularidade deveria ou ser evitada, ou passar pelo crivo de aparelhos e quadros de referência especializados. Assim, a subjetividade capitalística se esforça por gerar o mundo da infância, do amor, da arte, bem como tudo o que é da ordem da angústia, da loucura, da dor, da morte, do sentimento de estar perdido no cosmos... (Guattari, 1989, p. 33).

Em uma tentativa de aproximação dessa proposta de Guattari (1989), pensamos que os “acontecimentos da infância” parecem afrontar as tentativas de controle e domínio contemporâneos porque demandam um tempo qualitativo (Debord, 1967), indeterminado e incontrollável de cuidado, de elaboração dos complexos afetos produzidos pelo encontro entre adulto e criança. Além disso, esses “acontecimentos” produzem afetos que convocam a alteridade, e acabam por perturbar a ordem do individualismo (em especial, um dos seus principais pressupostos, que é o controle sobre si mesmo, uma ilusão de autonomia absoluta). Diante desses aspectos, sugerimos que uma das possibilidades da relação adulto-criança, engendrada nesse cenário contemporâneo que buscamos descrever, é lançar mão de estratégias que visem controlar os *eventos do mundo infantil* e a reativação do pulsional perverso polimorfo que eles engendram. Lançar mão de estratégias que mirem o tempo

---

<sup>2</sup> Entendemos que, ao falar em “gerar o mundo da infância, do amor, da arte, [...]”, Guattari (1989) parece estabelecer relação com a ideia de *criar* e, portanto, *controlar* esses “mundos” que, de alguma forma, podem se apresentar como potencialmente desorganizadores às tentativas de controle contemporâneas.

qualitativo e complexo demandado pela infância na tentativa de impor o funcionamento de um tempo adulto restrito, controlado e imediato, pois os *eventos do mundo infantil* perturbam as tentativas de organização dos adultos, perturbam a ilusão de autonomia e controle sobre si mesmo.

Retomamos a ideia de que as estratégias de controle sobre as crianças parecem se dar, primeiramente, em um preestabelecimento mínimo (Foucault, 1977-1978) dos acontecimentos infantis considerados desorganizadores. Tentado complexificar essa questão, quando Guattari (1989) se refere à necessidade de que a singularidade passe por crivos de “quadros de referência”, parece que está próximo da ideia de Foucault (1967) quando trata sobre as sociedades e a necessidade de criação de modelos específicos de existência, na tentativa de organizar, de controlar os sujeitos. Aqui, nesta discussão, tentamos nos referir mais diretamente aos discursos que se propõem a circunscrever modelos específicos de “ser criança”, o que certamente também está enviesado pela criação de modelos específicos de “ser adulto”. Ou seja, não fazemos referência a adultos meramente controladores, mas a adultos que são profundamente controlados por uma moral sexual “civilizada” (Freud, 1908) contemporânea, que tende a controlar e determinar os destinos construídos para o pulsional principalmente através da exigência de formas específicas de relação com o tempo e a alteridade. E isso impacta diretamente no modo de relação construído com as crianças.

Foucault (1970) nos apresenta a ideia de que em todas as sociedades os discursos oferecem organização, mas também, e, ao mesmo tempo: controle, seleção, classificação e tentativas de domínio sobre os *acontecimentos aleatórios*. Nesse sentido, a infância (e, logo, retomamos a atenção sobre o pulsional infantil) é justamente marcada por características anárquicas, aleatórias e ambivalentes. Parece que essas características do pulsional infantil podem afrontar as tentativas de controle dos adultos, que se esforçam por organizar e dominar excessivamente aquilo que foge do controle - não somente a sexualidade infantil da criança, mas também sua sexualidade infantil recalcada, mobilizada pelo encontro com a criança. Para tentarmos exemplificar essa questão, podemos pensar em uma criança cujas curiosidades, constatações e inquietações sobre o que é tido como preestabelecido no “ser adulto” tendem a afrontar, denunciar e ameaçar de desorganização não somente as estruturas sociais de controle, mas, também, as estruturas de controle intrapsíquicas dos adultos. E é esse potencial de desorganização da infância, tanto



da organização social, quanto da organização intrapsíquica (ambos intimamente articulados), que parece ser alvo de controle dos adultos.

Nesse sentido, sugerimos que uma possível modalidade “civilizada” de controle excessivo do adulto sobre a criança transite pelo controle das características anárquicas e potencialmente desorganizadoras da infância. E que, ao controlar, o adulto recusa essa sexualidade infantil que perturba a moral sexual “civilizada” (Freud, 1908) contemporânea. Neste ponto da discussão, consideramos que essa estratégia “civilizada” de controle por parte dos adultos se daria, portanto, através de uma *recusa parcial dos afetos*<sup>3</sup> provocados pela criança. Essa parcialidade na recusa parece se apresentar quando o adulto lida, acolhe e permite se afetar pelas características “idealizadas”, “civilizadas”, circunscritas pelos discursos da infância, e, inconscientemente, tenta recusar, controlar, afastar as características anárquicas que também habitam de forma abundante o mundo da infância. Freud (1914), ao tratar sobre o narcisismo, indicou a possibilidade de uma negação no que concerne à *sexualidade infantil* por parte do adulto, o que parece se aproximar do que estamos tentando apontar. Isso tudo nos indica que uma recusa parcial do afeto parece funcionar, portanto, como um mecanismo de defesa egoico para o adulto, mas um mecanismo de controle para a criança. Nesse sentido, parece que, em algumas situações, a relação com a criança estaria mais voltada a um recurso defensivo, em que o que está em foco é a ameaça de desorganização sentida pelo adulto, em detrimento do reconhecimento da criança enquanto um outro. Isso nos leva a considerar um possível comprometimento nos processos de reconhecimento do outro.

Em nome dessa recusa parcial do afeto, o adulto pode exercer o controle excessivo das características anárquicas do pulsional infantil ao lançar mão das mais diversas estratégias, por exemplo: através da desatenção, da ridicularização, da excessiva infantilização, da excessiva submissão às exigências da criança a fim de evitar suas manifestações anárquicas, da impaciência diante das atitudes consideradas “desorganizadoras” da criança; da necessidade de sobrecarregar o

---

<sup>3</sup> A ideia de uma “recusa parcial do afeto” surge inspirada em uma discussão proposta por Kupperman (2009) ao tratar sobre a radicalidade na recusa da possibilidade de ser afetado pelo outro imposta durante o nazismo. Tentamos ampliar um pouco mais essa ideia de Kupperman (2009) ao pensarmos a recusa do afeto por parte do adulto, na relação com a criança. Talvez possamos pensar em uma recusa *parcial* (que é a que tentamos sugerir), e em uma recusa *radical* do afeto. Enquanto recusa radical do afeto, podemos sugerir que pode se referir também a casos extremos de maus tratos e de negligência do adulto para com a criança, em que existe uma radicalidade no não reconhecimento do outro, dificultando consideravelmente ou até impossibilitando o exercício do cuidado (que transita, conforme apontamos, justamente pelos processos de reconhecimento).

tempo da criança com as mais variadas tarefas, da necessidade de rapidamente conter o mal estar da criança com os mais diversos meios de distração, etc. Logo, o adulto cuidador-controlador, se tornaria invasivo na medida em que tenta controlar excessivamente e impor sobre a criança um tempo qualitativamente suprimido, que compromete a construção de uma relação alteritária, e com pouco espaço de manejo do pulsional perverso polimorfo.

As manifestações da recusa parcial do afeto, então, não necessariamente parecem se dar através de tentativas explícitas de controle dos adultos - talvez aí resida nossa dificuldade de apreensão. Nos referimos também a um controle excessivo, muitas vezes implícito, minucioso, talvez inconsciente para o próprio adulto, que se esforça por enquadrar o “ser criança” a discursos que preestabelecem modelos sintetizados de “ser criança” (Foucault, 1977-1978). Parece justo, neste momento, investirmos em um outro modo de comunicação, ao incluir o desenho da memória de uma cena cotidiana, que se relaciona a essas estratégias de controle minuciosas que nos esforçamos por descrever:



Figura 5: Distração

Fonte: a autora

**Descrição da imagem:** Desenho em preto e branco de três pessoas sentadas à mesa. Sentado à esquerda, um homem segura um objeto próximo aos olhos. Ao centro, está uma mulher de cabelos curtos e à direita uma criança, que tem a sua frente um suporte com um celular.

Consideramos, então, que os discursos que envolvem “ser criança” e “ser adulto” certamente não se limitam às formulações verbais explicitamente ditas, mas que eles “são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (Foucault, 1970, p. 21), o que nos parece remeter a uma ideia de ampla difusão discursiva. Essa proposta de Foucault (1970), por sua vez, parece dialogar com a proposta de Laplanche (1988), ao tratar sobre a transmissão das mensagens enigmáticas a partir de complexos sistemas semióticos. Vale lembrar que, assim como as mensagens propostas por

Laplanche, os discursos necessariamente se organizam em torno de contingências históricas, e são, portanto, modificáveis, em perpétuo deslocamento (Foucault, 1970); são difundidos das mais diversas e complexas formas, e não são estáticos.

Alertando para a complexidade e dinamismo dos discursos, sugerimos um momento reflexivo em relação a como poderia ser, então, uma criança “civilizada”, enquadrada no discurso vigente sobre a infância na contemporaneidade. Por exemplo, podemos pensar na criança carinhosa, na criança inteligente, na criança calma, na criança feliz... A criança idealizada e controlada a ponto de não perturbar as tentativas de domínio da rotina adulta contemporânea, a ponto de não perturbar o controle do pulsional perverso polimorfo do adulto. Qual podemos supor que seria a criança “recusada” pelo atual discurso sobre a infância? Podemos pensar, por exemplo, na criança vingativa, na criança agressiva, na criança angustiada, na criança agitada, na criança que questiona, na criança que não respeita a (falta de) temporalidade contemporânea, na criança que chora sem parar, na criança que retira o adulto, mesmo que por alguns momentos, da lógica individualista, etc. Diante disso, uma das problemáticas desse sistema de controle excessivo, para além das que já apontamos, é que esses aspectos da infância, “civilizados” e “não civilizados”, podem coexistir. Insistimos que o pulsional anárquico, perverso polimorfo, possui a marca da ambivalência.

Ao falarmos de estratégias de controle que recusam parcialmente o pulsional infantil, parcialmente mais próximas da lógica do não reconhecimento, talvez possamos pensar, então, em uma modalidade de controle que parcialmente se desarticula do cuidado. Por estar mais próximo da lógica do não reconhecimento, portanto, abre pouco espaço para que a criança possa elaborar seus afetos recusados pelo adulto, e, conforme discutimos anteriormente, favorece a manutenção da dinâmica de domínio do adulto sobre a criança. Podemos considerar que, ao recusar o pulsional “não civilizado” da criança, o adulto pode dificultar os processos de acolhimento e de elaboração do pulsional anárquico pela própria criança, se considerarmos novamente que os investimentos recebidos do outro adulto irão influenciar em como a criança irá investir em si mesma, e nos outros. Talvez a criança venha, ela própria, a recusar, a recalcar seus afetos inicialmente recusados pelo adulto, não tendo espaço para outros destinos. Logo, o pulsional infantil, recusado pela própria criança, passaria a estar circunscrito, assim como o pulsional recusado do adulto, em moldes excessivamente organizados pela moral sexual “civilizada”;

excessivamente sintetizado pelos discursos vigentes. Quais seriam as possíveis implicações subjetivas disso, tanto pensando na criança, quanto pensando no adulto?

Em um contraponto a essa recusa parcial do pulsional infantil, Winnicott (1971) nos fala da importância de que a criança possa manifestar para o adulto o seu pulsional “não civilizado”, *destruindo* os seus objetos, e, posteriormente, experimentando a *sobrevivência* dos objetos à sua destrutividade. Ao falar sobre essa “sobrevivência”, Winnicott (1971) se refere à capacidade do adulto, enquanto objeto, de “não retaliar”, de não mudar a qualidade de sua atitude diante da manifestação da destrutividade da criança. Winnicott (1971) nos sugere que é podendo destruir os seus objetos, e experimentar a sobrevivência desses objetos, que a criança irá começar a experimentar também a criação da externalidade, da *alteridade*, colocando o objeto para fora do eu. E, colocando o objeto *para fora do eu*, consideramos que a criança poderá experimentar o gradual desenlace da dinâmica do domínio, do controle, do adulto. Mas, para isso, é necessário que haja uma condição favorável por parte do adulto: que ele não paute a relação com a criança em estratégias que justamente recusam esse pulsional “não civilizado”, destrutivo; que o adulto não mude a qualidade de sua atitude diante do pulsional anárquico da criança.

Seguimos na nossa tentativa de indicar a importância de um acolhimento, pelo adulto, do pulsional infantil anárquico. Neste momento da nossa discussão, recorreremos ao conceito de plasticidade psíquica, a partir da proposta de Rodrigues & Gondar (2018): não no que diz respeito a uma capacidade de submissão do sujeito a um jogo de forças, ou então ao que se refere a uma capacidade do sujeito de adaptação. Mas, sim, a ideia de plasticidade psíquica como “resistência a’, ou seja, por viabilizar o confronto com o estabelecido, o pressuposto - o que implica considerar, então, os (des)enlaces do sujeito em relação à ordem (inclusive simbólica)” (Rodrigues & Gondar, 2018, p. 247). Isso porque, ainda segundo Rodrigues & Gondar (2018), aspectos como o caos e a desordem, características do pulsional anárquico infantil, potencialmente imputam fendas no circuito pulsional dos sujeitos, permitindo espaço para a diferença, para o novo. Ou seja, não só é importante abrir espaço de acolhimento para o pulsional “não civilizado” da criança, como vimos, mas também parece ser importante para o adulto, em termos de plasticidade psíquica, que haja essa abertura ao caótico, à diferença.

Estamos de acordo com a importância dos processos de organização do circuito pulsional como fator estruturante do Eu; mas, ao mesmo tempo, quando o

psiquismo parece organizado de uma forma excessivamente fixa, podemos pensar em dificuldades no acesso à multiplicidade da experiência (Rodrigues & Gondar, 2018) muitas vezes convocada pela infância. Pensando mais especificamente no exercício do cuidado, podemos pensar que um psiquismo pouco plástico é um psiquismo que exerce o controle excessivo sobre a criança por recusar o disruptivo, recusar a diferença; muito mais atrelado a sínteses discursivas, à moralidade, à repetição; com pouco espaço para os afetos, para o inesperado, para a criatividade... Essas estratégias excessivamente defensivas, pouco plásticas, que recusam os afetos e se lançam na ilusão de uma invulnerabilidade, indicam um psiquismo mortificado, enrijecido, e, ironicamente, suscetível a abruptas quebras narcísicas (Rodrigues & Gondar, 2018). Ou seja, o uso excessivo dessa estratégia defensiva de controle através da recusa parece, na verdade, apontar para uma vulnerabilidade narcísica do adulto.

Tentamos deixar evidente que existe todo um cenário socialmente estabelecido que não só favorece a dinâmica do controle excessivo do adulto sobre a criança, como também a reforça: falamos sobre um tempo suprimido dos adultos, sobre um conseqüente comprometimento da alteridade através do individualismo e em como esses aspectos parecem estabelecer uma contradição com o tempo demandado pela infância. Logo, estamos diante de questões que não são tão simples de serem discutidas, e não são tão simples de serem eventualmente solucionadas, ou então, minimizadas em seus efeitos subjetivos sobre a criança e sobre o adulto. E, por envolverem tamanha complexidade, não podemos cair em respostas simplistas e responsabilizarmos indiscriminadamente os adultos pelo exercício do controle desarticulado do cuidado.

Nos lançamos nessa difícil tarefa de descrever minúcias no controle do adulto que se desarticulam do cuidado. Nos aproximamos, desta vez, de uma ideia trabalhada por Türcke (2016), que inevitavelmente relacionamos às dificuldades que se apresentaram quando decidimos pesquisar novas modalidades de “descuido” do adulto em relação à criança: “Não se constatam amiúde ferimentos manifestos, nem abandono de assistência ou prolongadas fases de ausência dos pais” (Türcke, 2016, p. 76). Ou seja, falamos de modos de descuido não muito evidentes, e que, por isso mesmo, nos impuseram um imenso desafio diante das tentativas que abrimos mão para descrevê-los.

Levando em consideração os aspectos tratados até este momento, desde a ideia de uma recusa parcial do afeto, até as possíveis implicações subjetivas dessa recusa, tentamos indicar que, quando o adulto — controlado por uma moral sexual “civilizada” contemporânea — exige que a criança se adapte ao seu tempo excessivamente controlado, quando age no sentido da retaliação ao recusar as manifestações do pulsional anárquico da criança, ele pode estar comprometendo a construção de um espaço potencial com a criança, um espaço com trânsito e elaboração de afetos, sejam eles “civilizados” ou “não civilizados”. Retomamos uma citação de Foucault (1987), que utilizamos no início desta pesquisa, para tentarmos indicar o que nos impulsionou a chegar até aqui:

[...] sob as mínimas figuras, procurar não um sentido, mas uma *precaução*; recolocá-las não apenas na solidariedade de um funcionamento, mas na coerência de uma tática.” (Foucault, 1987, p. 136, grifo nosso).

Essa foi uma de nossas grandes preocupações: procurar aspectos na relação adulto-criança contemporânea que merecem, no mínimo, precaução. Tendo em vista o que escrevemos e elaboramos até aqui, optamos por retomar também a provocação que nos faz Freud (1908): Nossa moral sexual “civilizada” vale os sacrifícios que nos impõe?

## 6 Outros tensionamentos da pesquisa



Figura 6: Criança tentando alcançar a janela

Fonte: a autora

**Descrição da imagem:** Desenho em preto em branco de uma criança em frente a uma porta fechada. A criança está em cima de um banquinho, em pé com os bracinhos esticados. Acima de sua cabeça, a porta tem uma pequena janela com uma fechadura, que a criança busca alcançar.

Dedicamos este espaço para apontar alguns tensionamentos da pesquisa que, por uma série de motivos que envolvem desde tempo, prazos, até as possibilidades psíquicas de quem escreve, não puderam ser mais aprofundados. Foram alguns aspectos que se apresentaram durante os processos de reflexão e, pouco a pouco, ao serem registrados, formaram uma espécie de diário da pesquisa. Apoiamo-nos, aqui, na ideia de Remi Hess (2009) que nos indica que o diário, utilizado como um método de coleção de dados, não seria uma alternativa à pesquisa; seria uma etapa da pesquisa. Ainda segundo Remi Hess (2009, p. 80), os registros que estão contidos nos diários de pesquisa podem ser considerados “uma forma de não deixar se perder as pequenas pepitas que no cotidiano ocorriam sobre os assuntos nos quais nós tentamos avançar”. Pensando nisso, tentaremos elencar alguns dos tópicos que atravessaram e tensionaram nossa pesquisa, que muito se relacionam uns aos outros, e que podem ser úteis para avançar reflexões posteriores. Esses tópicos, então, seguem abaixo:

- A concepção de cuidado na contemporaneidade ocidental parece estar muito engendrada por um modelo socioeconômico neoliberalista, e pareceu importante que essa questão seja melhor trabalhada.

- Bauman (1998) nos indica que uma das mudanças da sociedade ocidental foi transitar de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores.

Estariam as crianças também ocupando um lugar de consumidoras? Como isso parece se relacionar ao tempo mercadoria dos pais (Debord, 1967)?

- Mesmo diante dessa possibilidade de ocupação das crianças nos lugares de consumidoras, observamos também uma espécie de paradoxo: gradualmente, são suprimidos os espaços onde são permitidas crianças, por exemplo, quando pensamos no avanço do movimento “childfree” (Idoeta, 2017). O que esse movimento pode nos indicar?

- Parece relevante considerarmos a atual relação que se estabelece entre as crianças e o uso das telas. Türcke (2016) nos aponta que, com o uso das telas, a atenção das crianças seria estimulada quase que ininterruptamente. As telas poderiam ser consideradas uma estratégia utilizada pelos adultos para controlar excessivamente a infância?

- O que o número crescente de diagnósticos psicopatologizantes da infância, e a conseqüente medicalização das crianças, parece nos indicar? Qual relação parece estabelecer com a ideia de normatização e de controle da infância?

- Os direcionamentos “civilizatórios” que tratamos ao longo da pesquisa estão submetidos aos regimes de poder que estruturam a nossa sociedade: racismo, patriarcado, capitalismo... Esses direcionamentos, portanto, podem limitar e despotencializar algumas crianças mais que outras: meninas, negras, pobres...

- O exercício do cuidado é preponderantemente realizado pelas mulheres, frequentemente circunscrito por discursos que evocam características instintuais e inatistas no cuidado, por exemplo, ao tratar do universo da maternidade. Conforme vimos, o cuidado se relaciona muito mais à disponibilidade psíquica do adulto, do que a inatismos. Nesse sentido, havendo disponibilidade psíquica, os homens são tão capazes de exercer o cuidado quanto as mulheres. O impeditivo nos parece, então, social.

- É importante que repensemos a frequente desresponsabilização social dos homens no que diz respeito não só ao cuidado das crianças, mas ao cuidado das outras pessoas. Dessa forma, parece relevante pensarmos, por exemplo, sobre a participação dos homens no exercício do cuidado através das paternidades ativas, mas não somente.

- O cuidado, exercido preponderantemente pelas mulheres, é desvalorizado e precarizado pelo modelo neoliberalista vigente. Essa desvalorização e precarização, segundo Plastino (2009), pode ser demonstrada através das baixas remunerações, e,



até mesmo, através de investimentos insuficientes para as mulheres que se dedicam ao cuidado do outro: seja nas escolas, nos hospitais, ambientes privados, etc.

- A atual pandemia de Covid-19 deixou emergente uma série de reflexões que envolvem a dinâmica do cuidado das crianças e suas implicações, especialmente quando consideramos atravessamentos como gênero, raça e classe.

## **7 Considerações finais**

Neste trabalho, nos dedicamos a pensar a dinâmica do cuidado e do controle na relação adulto-criança. Para isso, buscamos realizar reflexões voltadas a possíveis aspectos da contemporaneidade ocidental. Tentamos fazer dialogar autores clássicos da psicanálise com outros autores que muitas vezes se opuseram ao pensamento psicanalítico clássico, como Foucault e Guattari. Esse diálogo se mostrou, em muitas situações, um imenso desafio para realizarmos esta discussão. O pensamento laplancheano, certamente, facilitou essas possíveis pontes e conexões. Mas essas “crises teóricas” não só permitiram avançar, como também ajudaram a complexificar a pesquisa: parece ter ficado ainda mais evidente a complexidade que envolve a relação de cuidado e controle entre adulto-criança, e, logo, a impossibilidade de esgotarmos essa reflexão.

Outro desafio que se apresentou nesta pesquisa com o método psicanalítico foi de assumir a nossa implicação subjetiva, e todos os impasses que isso nos impõe: lidar com as limitações dos lugares que ocupamos, da época a partir da qual escrevemos; lidar com a nossa própria infância sendo constantemente mobilizada, o que muitas vezes facilitou o processo de pesquisa, mas, muitas vezes, dificultou. Foi difícil não cair na armadilha contemporânea de recusar a criança desorganizadora, “não civilizada”, que insistia em aparecer. Uma das formas encontradas para elaborar essas dificuldades foi abrir espaço para essa criança se expressar através dos desenhos, através das memórias, através das divagações. Foi preciso exercitar a dinâmica do cuidado e do controle, do acolhimento e da construção de encaminhamentos pulsionais para com a própria pesquisa. Conforme tentamos indicar ao longo do texto, parece importante que, enquanto adultos, exercitemos o contato com a relação que construímos com a criança que fomos e com os cuidados que recebemos.

Talvez uma das contribuições deste trabalho tenha sido de apontar para um aparente lugar de desacordo das crianças na contemporaneidade ocidental, pelo menos quando pensamos sobre o tempo contemporâneo e individualismo - ambos intimamente articulados, praticamente num estado de retroalimentação. Foi a partir dessa hipótese de desacordo que pudemos desenvolver algumas das nossas reflexões e problematizações para pensarmos a inserção da infância nesse cenário.

E, conforme indicamos no capítulo “Outros tensionamentos da pesquisa”, muitas outras reflexões poderiam ter sido e podem vir a ser desenvolvidas.

Esta pesquisa, em pleno processo de escrita, adentrou a pandemia de Covid-19 e é finalizada ainda num contexto pandêmico, o que nos alertou ainda mais para nossas hipóteses. Evidenciou que, muitas vezes, a atual organização social dos adultos abre poucas brechas para o encontro com o tempo anárquico, disruptivo, da infância: um tempo importante em termos de plasticidade psíquica, e desafiador em termos da lógica de controle que impera na contemporaneidade. Pensando que as crianças serão futuramente adultas, ocuparão futuramente os lugares convocados para o exercício do cuidado do outro, ocuparão lugares em que o reconhecimento do outro se faz fundamental em um contexto de individualismo, esperamos que nossa discussão exercite o posicionamento crítico em relação a como, atualmente, acolhemos e cuidamos das nossas crianças.

## Referências

- Bauman, Z. (1998). *Globalização: As conseqüências humanas* (M. Penchel, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade Líquida* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Birman, J. (2014). *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2016). *Mal-estar na atualidade. A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)
- Castro, L. R. de. (2002). A infância e seus destinos no contemporâneo. *Psicologia em Revista*, 8 (11) 47-58.
- Chambouleyron, R. (1997). Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In Del Priore, M. (org). *História das crianças no Brasil* (7ª ed. pp. 55-83) São Paulo: Contexto.
- Debord, G. (1967). *A sociedade do espetáculo* (R. Guedes, Trad.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- Deleuze, G. (1992). *Post scriptum* sobre as sociedades de controle (P. Pelbart, Trad.). In Deleuze, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Dockhorn, C. N. de B. F., & Macedo, M. M. K. (2015). Estratégia clínico-interpretativa: um recurso à pesquisa psicanalítica. *Psic.: Teor. e Pesq.*,31 (4), 529-535, 2015. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722015000400529&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722015000400529&lng=en&nrm=iso).
- Ferenczi, S. (1928). A adaptação da família à criança (A. Cabral, Trad.). In Ferenczi, S. *Psicanálise IV* (pp. 1-14). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1933). Confusão de Línguas entre os adultos e a criança (A. Cabral, Trad.). In Ferenczi, S. *Psicanálise IV* (pp. 347-356). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferreira, A. B. de H. (2000). *Mini Aurélio Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa* (4ª ed.). Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro.

Figueiredo, L. C. (2009). *As diversas faces do cuidar: considerações sobre a clínica e a cultura*. In Maia, M. S. (Org.). *Por uma ética do cuidado* (pp. 121-141). Rio de Janeiro: Garamond.

Figueiredo, L. C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. *J. psicanal* 39 (70), 257-278. Recuperado de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-58352006000100017&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100017&lng=pt&nrm=iso)>.

Foucault, M. (2014). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (L. Sampaio, Trad.). (24ª ed.) São Paulo: Edições Loyola.

Foucault, M. (2010). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)* (M. Galvão, Trad.). (2ª ed.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)* (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (R. Ramallete, Trad.). Petrópolis: Vozes.

Freud, S. (1908c). *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1921). *Psicologia das massas e análise do Eu* (R. Zwick, Trad.). In Freud, S. *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras.

Freud, S. (1914). *À guisa de introdução ao narcisismo* (L. Hans, Trad.). In Freud, S. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1920). *Além do Princípio de Prazer* (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1905). *Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade* (P. C. Souza, Trad.). Brasília: Companhia das Letras.

Guattari, F. (1989). *As três ecologias* (M. Bittencourt, Trad.). São Paulo: Papyrus.

Herrmann, F. (2004). Pesquisando com o método psicanalítico. In Herrmann, F., & Lowenkron, T. S. (Orgs.). *Pesquisando com o método psicanalítico* (pp. 43-83). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Hess, R. (2010). O momento do diário de pesquisa na educação. *Ambiente & Educação*, 14(1), 61–87. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/1137>

Idoeta, P. A. (2017). *'Não aceitamos crianças': avanço da onda 'childfree' é conveniência ou preconceito?*. In *BBC News | Brasil*. [S. l.]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-40784489>. Acesso em: 6 out. 2020.

Kupermann, D. (2009). Figuras do cuidado na contemporaneidade: testemunho, hospitalidade e empatia. In Maia, M. S. (Org.). *Por uma ética do cuidado*. (pp. 185-204). Rio de Janeiro: Garamond.

Kupermann, D. (2019). Sándor Ferenczi e a criança nos adultos. *Estilos da Clínica*, 24(2), 178-181. Recuperado em <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i2p178-181>

Laplanche, J. (1988). *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios* (D. Vasconcellos, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.

Laplanche, J. (1993). Elaboraões temáticas: Sedução, perseguição e revelação. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 27(4), pp. 751-782.

Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (1994). *Vocabulário de psicanálise* (P. Tamen, Trad.). (4ª ed). São Paulo: Martins Fontes.

Laplanche, J. (1996). *La prioridad del otro en psicoanálisis* (S. Bleichmar, Trad.). Buenos Aires: Amorrortu.

Laplanche, J. (2014). *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*. Porto Alegre: Dublinense.

Minayo-Gomez, C., & Meirelles, Z. V. (1997). Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(2), 135-140. Recuperado em <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1997000600012>

Moura, E. B. B. (2020). Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In Del Priore, M. (org). *História das crianças no Brasil*. (7ª ed.) São Paulo: Contexto.

Nascimento, C. T., Brancher, B. R. & Oliveira, V. F. de (2008). *A construção social do conceito de infância: uma tentativa de reconstrução historiográfica*. (pp. 4-18). Florianópolis: Linhas.

Netto, N. K. P. & Cardoso, M. R. (2012). Sexualidade e pulsão: conceitos indissociáveis em psicanálise?. *Psicologia em Estudo*, 17(3), 529-537. Recuperado em <https://doi.org/10.1590/S1413-73722012000300018>

Plastino, C. A. (2009). *A dimensão constitutiva do cuidar*. In Maia, M. S. (org.). *Por uma ética do cuidado* (pp. 53-88). Rio de Janeiro: Garamond.

Quintana, M. (2012). *A vaca e o hipogrifo*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Rodmann, R. (1987). *O Gesto Espontâneo: cartas selecionadas de D.W. Winnicott* (L. Borges, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Rodrigues, A. A., & Gondar, J. (2018). Elementos para repensar a sublimação: pulsão de morte e plasticidade psíquica. *Tempo psicanalítico*, 50(1), 236-257.

Recuperado em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-48382018000100012&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382018000100012&lng=pt&tlng=pt).

Stearns, P. N. (2006). *A infância* (M. Pinsky, Trad.). São Paulo: Contexto.

Tarelho, L. C. (2017). *O Descentramento do ser humano e o realismo do Inconsciente na teoria Laplancheana*. In Kupermann, D. (coord.), Ribeiro, P. de C., Carvalho, M. T. de M. & Cardoso, M. R. *Por que Laplanche?* (pp. 15-50). São Paulo: Zagodoni.

Türcke, C. (2016). *Hiper-Ativos: Abaixo a cultura do déficit de atenção* (J. Antunes, Trad.). Rio de Janeiro | São Paulo: Paz&Terra.

Winnicott, D. W. (1975). *O uso de um objeto e relacionamento através de identificações* (J. Abreu & V. Nobre, Trads.). In *O Brincar & a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Winnicott, D. W. (1988). *Os bebês e suas mães* (J. Camargo, Trad.). (4ª ed.). São Paulo: WMT Martins Fontes.